



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IV - Nº 55 - 2ª Quinzena de agosto de 1993 - Cr\$ 20.000,00

**Fora o imperialismo da América Latina!**

**Autodeterminação das nações indígenas!**

O governo americano tem intensificado a ocupação de regiões da América Latina, em especial na Amazônia. Agora pretende se utilizar da opressão da burguesia brasileira aos índios para declarar a Amazônia território sob seu controle. É preciso erguer uma frente revolucionária antiimperialista para se contrapor à opressão nacional, assim como garantir que os índios possam decidir livremente sobre o seu destino e de suas terras.

**Contra as manobras burguesas da revisão  
constitucional**

**Defender as conquistas sociais das massas**

A burguesia e seu governo entreguista pretendem realizar uma revisão constitucional para atender às pressões do imperialismo no sentido de abrir totalmente a economia nacional à exploração do capital estrangeiro e para atacar as conquistas sociais com o objetivo de garantir os compromissos de pagamento da dívida externa. É preciso mobilizar as massas para impedir a manobra antinacional e antipopular.

**Lutar pelo Salário Mínimo Real com escala móvel  
e fim do desemprego**

A Câmara abandona o projeto do reajuste pleno e aprova o reajuste mensal de 66%, que significa a preservação do arrocho salarial. Não há saída para as massas a nível do parlamentarismo. Nosso caminho é o da ação direta, das greves, na perspectiva da unidade nacional contra a burguesia e o imperialismo.



# A crise política apenas foi maquiada

## Logo retornará com mais força

A persistência da alta inflacionária e a paralisia do governo, composto por forças distintas, têm enfraquecido o Ministro do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. De maneira disfarçada, setores do capital financeiro passaram a pressionar Itamar Franco para modificar o ministério econômico. Não aceitam a política monetária de redução das taxas de juro. Porém, de outro lado, os industriais e a oligarquia agrária vêm exigindo maior moderação para os juros.

O êxito de Fernando Henrique Cardoso no Congresso, que votou favorável à Medida Provisória dos salários, foi decisivo para a sua manutenção no cargo. Esta vitória foi obtida a custo de uma grande pressão do executivo. Os líderes do governo no Congresso propagandearam intensamente o risco da ingovernabilidade, provocada pela quebra da linha econômico-financeira, caso se derrubasse o veto presidencial aos 100% de reajuste mensal.

O choque do Congresso com Itamar estava marcado pela luta interburguesa em torno da diretriz para a inflação e a crise geral capi-

talista. A crítica aberta de Itamar à enorme lucratividade dos bancos com a cobrança exorbitante de taxas de serviços e altos juros objetivou expor a público as pressões internas, que manifestavam através do presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, testa-de-ferro dos banqueiros. A queda de Ximenes foi consequência da divisão interburguesa. Assumiu Pedro Malan, escolhido a dedo pelo Ministro da Fazenda.

Para rebater as pressões dos banqueiros e setores oligárquicos aliados, Itamar recorreu ao apoio do governador Fleury, ligado a uma fração do grande capital industrial. Os governadores de São Paulo, Minas e aliados do Nordeste, que incluíram Antônio Carlos Magalhães (Bahia), articularam um movimento pró-Cardoso. A fração parlamentar dirigida por José Sarney modificou seu voto contrário à Medida Provisória, contrariando seus interesses eleitorais, para assegurar a posição de Fernando Henrique Cardoso. E o governo para compensar liberou 5 bilhões de dólares de verbas e negociou novos cargos. Uma descarada negociação assegurou por mais algum tempo Fernando Henrique Cardoso e as forças monetárias que o apóiam diretamente.

As massas terão de arcar com a política salarial de fome e miséria. Mas nem de longe a crise política foi contornada. O período de reforma constitucional que se abre exporá mais abertamente ainda as divisões interburguesas. Não é ponto pacífico no interior do governo e no conjunto das forças burguesas a quebra do monopólio da Petrobrás. O mesmo ocorre com a questão política da representação federativa e distribuição orçamentária. O chamado pacto federativo mexe em

problemas regionais explosivos, típicos do Brasil semicolonial de economia que combina o atraso e o avanço capitalista. A intervenção dos militares, que pretendem se desvincular do funcionalismo público para se constituir numa casta privilegiada, não será menos crítica. As frações do capital tem em comum o objetivo de destruir antigas conquistas sociais, como a estabilidade do funcionalismo, aposentadoria por tempo de serviço, saúde e educação públicas, etc. Estarão unidas para atacar fundo as condições de vida das massas e ampliar seus negócios. O princípio capitalista de que toda e qualquer atividade lucrativa deve ser explorada será defendida em detrimento dos interesses populares.

A intervenção dos explorados na crise política, defendendo suas reivindicações, é fundamental para constituir uma força revolucionária, aglutinada em torno do proletariado. A CUT está chamada a ocupar o centro das lutas, embora em estado avançado de burocratização. O caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário reflete o atraso da organização independente do proletariado, o que facilita à burocracia sindical travar a Central Operária (CUT) e submeter o movimento das massas ao curso da crise imposto pela burguesia. Entretanto, a intervenção decidida da vanguarda em defesa do programa da revolução proletária e da estratégia do governo operário e camponês é a condição para erguer o partido e tirar proveito da profunda crise burguesa. Esta linha se distingue dos reformistas e estalinistas que quanto mais o poder burguês se destroça em crises internas mais se submetem à democracia burguesa, negando-se a levantar os explorados e defendendo a governabilidade.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A  
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA  
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970



Jornal Nacional



# Contra as manobras burguesas da revisão constitucional

## Em defesa das conquistas sociais

A reforma constitucional comparecerá como o principal problema político nos próximos meses. Isto porque os partidos e a burguesia exercerão uma grande pressão para concentrar a atenção do país sobre tal reforma. Por sua vez, a CUT e a demais Centrais Sindicais se empenharão por arrastar as massas para esse campo.

Os setores burgueses empenhados em fazer a reforma já em outubro têm por objetivo se precaverem em relação as possibilidades eleitorais de 1994, em que a vitória de Lula é viável (segundo dados atuais). O grande capital exige a reforma imediata, porque quer entregar ao novo presidente uma Constituição voltada inteiramente para o neoliberalismo.

Os setores opositores à antecipação congregam hegemonicamente posições pró-petistas (CUT) e instituições nacionalistas, como a Frente Parlamentar Nacionalista (PDT, PSB, PT, PCdoB) e UNE, OAB, Igreja, etc. O argumento fundamental é que o Congresso atual é ilegítimo para cumprir tal tarefa. Por isso, defendem que a reformulação seja posterior a 1994.

As posições favoráveis a outubro são hegemônicas no Parlamento. O acordo do PMDB e PSDB na Câmara dos Deputados permitiu que seu presidente, Inocêncio de Oliveira (PFL), anunciasse a coleta de assinaturas para a convocação de uma "Assembléia Revisora", a partir de 6 de outubro. Esta medida tomada pela Câmara dos Deputados à revelia do Senado demonstra a apreensão das forças burguesas dominantes em decidir o problema logo, antes que os opositores possam fazer campanha junto às massas (sindicatos).

Os reacionários objetivam modificar a Constituição para atender mais prontamente às pressões do imperialismo e do grande capital interno aliado do capital financeiro internacional, como é o caso da Fiesp e CNI. Segundo estas forças, a Constituição promulgada em 1988 é um obstáculo para implantação mais profunda da economia de mercado. Além disso, levantam o problema da representação política dos Estados na Federação.

As intenções anunciadas revelam o caráter antinacional e antipopular da reforma. Os pontos essenciais a serem atacados são: 1) Quebra do monopólio estatal das fontes estratégicas de energia (Petrobrás, Eletrobrás, etc); 2) Desregulamentação de toda lei que protege a economia nacional contra as pressões das multinacionais e banqueiros metropolitanos; 3) Reforma tributária que restabele-

ça a centralização anterior do orçamento, restringindo o acesso dos Estados e Municípios, como anteriormente prescrevia a legislação da ditadura militar. Neste aspecto, se coloca a chamada descentralização no sentido dos Estados e Municípios arcarem com a maior parte dos serviços sociais; 4) Ataque a todas as conquistas sociais dos explorados, como a estabilidade no emprego do funcionalismo, fim da aposentadoria especial, fim da Previdência estatal, redução da saúde e educação públicas, etc.

No capítulo da "Ordem Política," se colocam três pontos básicos: 1) Modificar a proporção de deputados na representação parlamentar por estado, de forma que os estados mais populosos tenham maior representação. Neste caso, trata-se de dar maiores poderes aos estados mais ricos do país, localizados no Sudeste/Sul; 2) Reformulação partidária, implantando o sistema distrital, que favorece as oligarquias locais e os grandes partidos com poderes econômicos. Quanto à legislação eleitoral, torna impedida a existência dos pequenos partidos. São medidas antidemocráticas; 3) Maior restrição ao direito de greve.

Dentre os defensores da reforma imediata aparecem divergências. Uma fração pretende impor a total limpeza dos pontos que obstaculizam a livre implantação da política antinacional e antipopular. Uma outra considera que se deve preservar em parte alguns aspectos da legislação social, de forma a não agudizar o descontentamento das massas exploradas. O grande capital organiza uma frente lobista para impor plenamente seus pontos de vistas reacionários.

Os defensores do adiamento afirmam que não são contra uma reforma, mas que esta deve ser legítima. No interior destas Correntes, existem aqueles favoráveis à aplicação do neoliberalismo a meias, ou seja, que se mantenha apenas o monopólio restrito da Petrobrás e que se elimine os obstáculos à economia de mercado (o que chamam de integração moderna à economia mundial). Encontramos também nessa ala posições favoráveis à quebra de conquistas do funcionalismo público, como a estabilidade, como é o caso da ala petista liderada por José Genoíno.

Como vemos, os dois blocos se chocam muito mais devido às eleições de 1994 e o tipo de disciplinamento constitucional que se deve dar ao novo governo, saído em meio à profunda crise do regime político. Não se trata de um choque fron-

tal de posições pró-imperialistas e antiimperialistas. Isto porque as tendências reformistas são incapazes de organizar o movimento de massa contra a investida das potências. A diferença está se o entreguismo deve ser escancarado ou disfarçado.

A disputa interburguesa pela Reforma Constitucional reflete a profunda crise do Estado. A burguesia tem se dividido em torno da diretriz neoliberal e não conseguiu avançar o suficiente no objetivo exigido pelo imperialismo, que é a abertura total da nação oprimida. A economia tem sido afetada por um período de longa estagnação seguida de recessão. O Estado tem perdido seu poder dinamizador do passado e assumido a função de destruir parte das forças produtivas. Tem crescido o capital financeiro parasitário, enquanto o Estado atravessa uma situação pré-falimentar. A alta inflação se constituiu num mecanismo regular para se alcançar alta lucratividade nos setores monopolizados. As tendências anárquicas estão em desenvolvimento, o que significa maior quebra no futuro.

A ofensiva contra a vida das massas é uma condição de sobrevivência do capitalismo monopolista, que se constitui numa trava para a economia semicolonial brasileira. Enquanto em palavras se fala da necessidade de potenciar o mercado interno, o empobrecimento da maioria nacional, o crescimento do desemprego e a fome que se generaliza refletem a contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de

NACIONAL





produção. As mudanças constitucionais exigidas pelos monopólios atingem violentamente a vida dos trabalhadores.

É preciso atentar para o fato de que com reformulação ou sem reformulação da Constituição burguesa os capitalistas estão obrigados a atacar fundo a economia nacional e a vida dos trabalhadores. A questão da reforma está em como facilitar as coisas para a fração mais poderosa do grande capital nacional aliado ao multinacional. Do ponto de vista do proletariado, não se trata de defender a Constituição, porque ela expressa o poder da burguesia. Mas sim, trata-se de mobilizar a fundo pelas reivindicações dos explorados, tendo o proletariado como

direção das lutas.

Os reformistas e burocratas sindicais colocam o problema nos quadros da legalidade estatal. Farão protestos demagógicos e coletas de assinaturas para emendas constitucionais. O fato do PT e da burocracia da CUT terem renunciado a defesa, até mesmo no plano da formalidade, das reivindicações vitais, como salário mínimo real, estabilidade no emprego, nenhuma demissão e escala móvel de reajustes sob o manto da Constituição que eles mesmos ajudaram a confeccionar demonstra sua incapacidade de resistir a mais uma ofensiva. Cabe à política revolucionária se contrapor às manobras constitucionais burguesas dos reformistas e levantar as bandeiras das massas, guiando-se pelo método da ação direta.

Devemos rejeitar também o esquerdismo democratizante que apresenta como saída a dissolução do Congresso e

convocação antecipada das eleições. As massas não se contraporão ao Estado por essa via. Elas se chocarão contra o Congresso fraudulento, as forças pró-imperialistas e se separarão do reformismo demagógico saindo às ruas em defesa das reivindicações vitais e antiimperialistas.

A T.POR deve se inserir nesta luta política que se abre fazendo a campanha de denúncia de todas essas posições e colocando para as massas a necessidade de ganhar às ruas contra não só os ataques às conquistas históricas como também a situação de crescente desemprego e miséria dos trabalhadores. Levantamos um plano de reivindicações oposto à ofensiva da burguesia e de bandeiras da luta anti-imperialista. Chamamos a formação de uma frente de massa dos explorados e constituição de organismos de luta anti-imperialistas.

Nacional

## Fora o imperialismo da América Latina

### Somente a maioria oprimida poderá conquistar a soberania nacional!

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional, o General Ciro Imbuzeiro denunciou que os Estados Unidos vêm constituindo um "cinturão bélico na Amazônia, com radares potentes, bases e pistas de pouso". Segundo outros militares, os "Estados Unidos estariam negociando com a Guiana a ocupação da fronteira para instalação de uma base conjunta de treinamento antiguerrilha na selva" (Estadão). Uma outra denúncia é que os Estados Unidos vêm implantando bases militares em outros países da América Latina, como Bolívia e Venezuela. Devido a tudo isso, o Conselho Nacional de Segurança aprovou medidas de ocupação militar da Amazônia e emitiu uma nota em defesa de sua soberania.

A movimentação de tropas norte-americanas nas fronteiras do Brasil com a Guiana foi mais um dos motivos para a preocupação dos militares, que desde o governo Sarney pressionam para a implantação do chamado "Plano Calha Norte", inviabilizado com Collor sob o pretexto de falta de verbas. Neste momento, não só se intensificou a ofensiva do imperialismo em expandir sua movimentação militar, a exemplo das manobras realizadas na Guiana, como a ONU prepara uma resolução de pretensa autodeterminação das Nações indígenas. O que significaria o controle de uma importante parcela da Amazônia não pelos povos índios e sim pelas potências que controlam a ONU. Isto trouxe para os militares o velho objetivo de guarnecer esta parte do território com sua militarização.

Logo após a divulgação da nota do Conselho Nacional de Segurança, o governo dos Estados Unidos passou a pressionar Itamar. Um encontro de diplomatas foi acertado para os Estados Unidos protestarem contra tais informações. Os generais brasileiros deram um primeiro recuo afirmando que houve má interpretação dos parlamentares presentes à reunião. Certamente, o imperialismo enfatizará a já conhecida operação de combate ao narcotráfico.

Razão pela qual tem insistido junto ao governo brasileiro para utilizar o território. É com este mesmo pretexto que os Estados Unidos têm assentado bases na Bolívia, Colômbia, Peru, etc.

O problema da penetração de Forças Militares estrangeiras na América Latina tem se agravado nos últimos tempos. O objetivo estratégico é de ocupar posições internas, que favoreçam o controle externo das potências. Historicamente, a América Latina está marcada por bloqueios e invasões, em que ressalta o conflito da Guerra das Malvinas, por ter se constituído numa verdadeira guerra entre a Argentina e a invasora Inglaterra. A crise mundial do capitalismo caminha para a agudização da opressão nacional e para profundos choques de classe.

A luta revolucionária da maioria oprimida pelas reivindicações mais elementares de sobrevivência tende a se transformar em luta pela emancipação nacional (luta antiimperialista) e pela destruição do regime de exploração capitalista (luta anticapitalista). Por mais que as burguesias nacionais capitulem aplicando os bárbaros programas antinacionais e antipopulares não têm como atender completamente a ganância das metrópoles, devido à luta de classes. A presença militar do imperialismo é uma condição para impor uma submissão colonialista. A declaração dos ex-presidente da França, Francois Mitterrand, revelada pelo ex-presidente Sarney de que a Amazônia deve ser um "patrimônio da humanidade" (do imperialismo) é uma manifestação da estratégia futura colonizadora.

O fato é que a Amazônia se constitui numa das mais extraordinárias reservas de riqueza natural. A sua exploração sobre o controle do grande capital internacional é um dos meios ainda disponíveis para desafogar as forças produtivas bloqueadas pelo estreitamento do mercado mundial e encarceradas pelas relações capitalistas de produção. A bandeira de autodeterminação das nações indígenas comparece





como um álibi conjuntural do imperialismo, que como tal se caracteriza por subjugar a grande maioria das nações, mantendo-as na condição de capitalismo semicolonial e atrasado.

Não será com implantação de radares e tropas que a "soberania da Amazônia" estará assegurada. O problema não está numa parte do território brasileiro, mas na soberania nacional como um todo. Esta nunca foi alcançada plenamente desde a sua transformação de colônia portuguesa em semicolônia das metrópoles imperialistas. A manifestação dos generais apenas revela a impotência da burguesia nacional, portanto do Estado, em emancipar o país. Tanto é que ao mesmo tempo que faz alarde sobre a proteção das selvas Amazônicas entrega o patrimônio industrial estratégico para o grande capital estrangeiro. A burguesia nacional, certamente não homogênea, expressa tais contradições, por não poder se fundir integralmente com a burguesia imperialista e ao mesmo tempo não poder exercer independência como classe dirigente do país.

A bandeira do proletariado é de expulsão do imperialismo da América Latina. Isto significa se contrapor a qualquer tipo de opressão nacional.

Não se pode contrapor ao imperialismo esmagando outros povos, como é o caso das nações indígenas. O Estado brasileiro mantém subjugados inúmeras nações, do que restou da chacina histórica. Dizemos sim à verdadeira autodeterminação dos índios, que significa o direito de se constituírem em nações independentes. O assassinato em massa de ianomamis, nesse exato momento, demonstra a bárbarie da opressão nacional. Devemos rejeitar que a ONU diga que o governo brasileiro deve fazer com as nações indígenas e com o território da Amazônia, porque se trata não da real independência, mas sim de um meio para exercer o controle das potências sobre o conjunto do Brasil. A autodeterminação das nações indígenas é parte da luta pelo fim da opressão imperialista e capitalista.

Em relação a estratégia de longo alcance de colonização imperialista, que justifica a instalação de uma rede de bases militares, a estratégia do proletariado é a do Estados Unidos Socialistas da América Latina. A luta pela soberania nacional não diz respeito exclusivo à Amazônia e nem ao Brasil, mas a toda América Latina, como indica a investida militarizante dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente. A

ausência de soberania da Colômbia, Bolívia, Peru, Argentina etc é um dos fatores fundamentais de apoio à opressão imperialista sobre o Brasil e vice-versa. A questão da Amazônia tem o mérito de colocar à tona o tremendo controle imperialista, responsável pelo atraso e miséria das massas latinoamericanas.

A luta de massa (Frente Única Anti-imperialista) contra a opressão nacional, dirigida pelo proletariado, é a via da defesa real da expulsão do imperialismo. Cabe a todas as correntes que se reivindicam da independência nacional se colocarem pela constituição da Frente Única Antiimperialista.

Fora o imperialismo da Amazônia!

Fora o imperialismo da América Latina!

Pelo fim de toda opressão nacional e social!

AMAZÔNIA

## Aprovada a política de arrocho salarial

A demagogia parlamentar das esquerdas reformistas de que a solução dos problemas dos trabalhadores está no Congresso se revelou plenamente com a votação da Medida Provisória do governo de reajuste de 66% da inflação mensal. Bastou que Itamar ameacasse os partidos que têm cargo em todos os escalões do Estado e a oferecer novas vantagens para que o veto presidencial ao 100% de reajuste mensal se consagrasse.

O PT, PCdoB, PSTU e a burocracia sindical esperavam que frente as eleições de 1994 os partidos burgueses votassem os 100%, como forma de posteriormente ganharem votos. O cálculo dos reformistas se mostrou equivocado. Os partidos fisiológicos que comandam o Congresso têm mais interesse nos postos do Estado, porque são fundamentais para se ganhar eleições. Por outro lado, esses mesmos reformistas contavam com o fato de uma parcela do grande capital já estarem reajustando em 100%, 90% etc os salários. Não contaram, entretanto, que é do interesse dos capitalistas a manutenção do maior arrocho sobre o funcionalismo e os aposentados como meio de sobrar mais dinheiro para o Estado pagar os altos juros da dívida interna e externa.

Não faltaram ameaças, como a de Jair Meneguelli de que a CUT desencadearia greves por todo o país e até possivelmente uma greve geral. Mas ninguém acreditou, tamanha é a submissão dos burocratas ao Parlamento.

Mais uma vez fica claro que a burguesia tem de manter a miséria da maioria e descarregar a crise capitalista sobre os assalariados. E também mais uma vez fica demonstrado que a única via de arrancar as reivindicações é através da luta direta de massa.

No mesmo momento em que se aprovava a MP da fome, o custo de vida explodia, elevando-se para 34%, sendo que as maiores altas atingiram os produtos alimentícios e remédios. Em pouco tempo os trabalhadores sentirão a necessidade de derrubar a nova política salarial. Ao contrário da proposta de 100% da inflação passada, que mantém o arrocho, cabe a defesa da escala móvel dos reajustes salariais, ou seja, reajuste automático de acordo com a inflação presente. Da mesma forma, é necessário lutar pelo salário mínimo real de 45 mil cruzeiros reais (500 dólares). A frustração das manobras parlamentares dos reformistas e burocracia facilitará a colocação da campanha nacional de luta.





# A entrega da Cosipa

O esquema de proteção em frente à Bovespa e a violenta repressão policial contra os manifestantes, mesmo em se tratando de um ato limitado, demonstram o Estado totalitário e a pseudo-democracia vigente no país. A burguesia e seu governo não conseguem dar um passo na sua política neoliberal sem utilizar o militarismo.

Logo em frente ao Teatro Municipal, de onde partiria a passeata rumo à Bovespa, os policiais atacaram os manifestantes. Diante do avanço da passeata e do choque aberto com os PMs, a tropa de choque

foi chamada a intervir. A pequena manifestação foi transformada numa guerra.

Apesar a resistência dos manifestantes, o leilão transcorreu normalmente. O patrimônio valioso da siderúrgica foi entregue por um valor irrisório. A presença do Banco Bozano Simonsen, que coordenou o consórcio majoritário, indica a presença do capital estrangeiro.

Para rechaçarmos a política neoliberal entreguista é necessário um grande movimento das massas a nível nacional. Esta é uma tarefa fundamental do proletariado, por sua posição na produção capitalista. Mas o que vimos, no caso da Cosipa, é que seus próprios operários foram ludibriados com a idéia de serem sócios do grupo Votorantin, Vicunha, etc. Também se iludiram com promessas de

que não haverá demissões. Assim, os operários da Cosipa que têm uma longa tradição de luta anularam sua resistência.

A ofensiva neoliberal vem avançando devido a aberta colaboração da burocracia sindical e do reformismo petista. O corpo mole da CUT e o apoio explícito da Força Sindical à privatização são os principais obstáculos para uma reação mais ampla dos trabalhadores. Enquanto perdurar o domínio da burocracia capituladora, o governo imporá os planos do FMI.

O que ocorreu em frente à Bovespa nos mostra a necessidade de um movimento massivo antiimperialista. Este será construído em contraposição às atuais direções submissas ao neoliberalismo.

Nacional

## Os massacres expressam a barbárie capitalista

### Convocar os Tribunais Populares e a auto-defesa dos oprimidos

A notícia de assassinato de cerca de 70 índios ianomâmis, com um requinte de crueldade que faz empalidecer outros genocídios do passado histórico de dizimação de nações indígenas pelos colonizadores, expõe a barbárie capitalista de nosso tempo. Mas o método de extermínio em massa, aplicado metodicamente pelo fasci-nazismo também no passado, tem sua versão semicolonial com as chacinas de crianças, como a da Candelária, e a de presidiários, como a de Carandiru. Tornou-se uma prática comum a eliminação física de uma parcela da sociedade; no caso dos ianomâmis, de uma parte das nações indígenas, reduzidas a 250 mil depois do genocídio histórico.

A cada banho de sangue setores da burguesia, da pequena e de intelectuais lastimam a crueldade e chamam por "justiça". Entretanto, os governos responsáveis, o Estado e sua política conivente continuam a ser os executores da "justiça". Todos sabem que os assassinatos têm a cobertura do Estado. Assim tem acontecido com o massacre de crianças, presidiários, índios e camponeses. Não pode ficar fora também o assassinato dos três operários da CSN pelas forças do exército.

Aparentemente, uma tragédia nada tem a ver com a outra. Mas só aparentemente, pois todas elas expressam a falência econômica do capitalismo e a conseqüente decomposição

social. Estes extermínios têm em comum o fato de atingirem as camadas empobrecidas e mais oprimidas do país. Ou não é assim tanto os ianomâmis quanto com as crianças, transformadas em marginais? E quem é responsável por tal façanha senão o poder econômico?

A suspeita de que os autores do crime foram garimpeiros, que também vivem na miséria, não modifica a situação. Por detrás estão os grandes garimpeiros, que por sua vez se ligam aos banqueiros e aos governos. O objetivo da chacina é o de retirar as terras da nação ianomâni. Não é por acaso que ocorre justamente quanto parlamentares, paus-mandados de latifundiários e da grande mineração, propõem reduzir as terras demarcadas no governo Collor. Altos interesses capitalistas justificam a chacina. Esta é a principal verdade. O que mostra o caminho da barbárie que torna o capitalismo em decomposição.

A resposta a esta tendência destrutiva deve partir das massas exploradas, através da organização independente e luta direta. Trata-se da CUT, Sindicatos, Entidades populares e UNE convocarem tribunais populares para julgar os crimes da burguesia e organizar a auto-defesa dos oprimidos. Sem a luta anticapitalista a opção do patronato pela barbárie progredirá tremendamente.





## A Candidatura Militar

O brigadeiro Ivan Moacyr da Frota se despontou com um possível candidato para 1994. Este se projetou com um manifesto em defesa das Forças Armadas, em que denunciava o sucateamento e os baixos soldos das tropas. Agora que passou para a reserva, articula uma candidatura militar, que pode ser a sua mesma.

O brigadeiro acusa o governo de frágil e o Congresso de falta de ética, que em outras palavras significa corrupto. Pelas suas primeiras idéias, surge como um representante da direita nacionalista. De um lado, aponta o perigo do crescente controle das potências sobre o país e, de outro, da influência

esquerdista do PT. O militar não chega a distinguir as posições socialdemocratas do PT e sua inclinação à política de colaboração de classe.

Esta confusão expressa o reacionarismo das Forças Armadas, principalmente do alto comando. A colocação de membros do clube militar de que trata-se de barrar a ascensão do PT (Lula), porque este é castrista, comunista, etc tem por objetivo criar uma falsa polarização ideológica. Na verdade, esses militares expressam a crise do regime político e as tendências golpistas latentes no seio de setores burgueses. Somente uma forte organização in-

dependente do proletariado e a potenciação da capacidade de luta direta das massas poderão barrar o golpismo, que prepara terreno para uma futura solução contra-revolucionária, ou seja, totalitária. O desenvolvimento do programa da revolução proletária e do partido marxista é a condição para colocar o proletariado como força motriz da luta de classes e de solução revolucionária da crise capitalista.

NACIONAL

## A guerra eleitoral em torno da corrupção

Quanto mais as pesquisas comprovam a força eleitoral do PT, mais surgem denúncias e conflitos parlamentares em torno da corrupção. O PT denunciou Paulo Maluf de receber dinheiro captado clandestinamente de empresários através da empresa Pau-Brasil para sustentar sua eleição. Em contraposição, o PPR Malufista acionou uma campanha para se formar uma CPI contra o PT com o objetivo de apurar como o PT obtém tais informações sigilosas. Espiridião Amin diz que o PT tem uma verdadeira rede de informações no Estado. a guerra de denúncias não para aí.

Os malufistas afirmam que o PT também recebeu dinheiro por debaixo do pano de empresários, de entidades externas e da CUT. O deputado Bruno Féder promete: "Vamos mostrar que o PT é um partido imoral com retórica moralista". Está aí a guerra eleitoral entre PT e PPR. O campo da política burguesa

é inevitavelmente corrompido. As eleições se caracterizam pela intervenção do poder econômico, que necessita apoiar seus partidos e romper candidatos em função de seus interesses. O tremendo escândalo do PC-Collor apenas testemunhou uma parte da podridão.

Somente a constituição dos tribunais populares saídos do interior do movimento dos explorados poderá combater a podridão burguesa. Para varrer com tudo isso é necessário que o proletariado se emancipe da política burguesa, construir o seu partido revolucionário e caminhar para a revolução proletária, que destruirá a máquina estatal de opressão de classe.



### A CUT envolvida

## Exijamos um tribunal popular independente para apurar

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, para prestar contas à burguesia, que a acusa de utilizar dinheiro externo para financiar a campanha eleitoral do PT, entregou ao presidente do Senado os livros contábeis com as contas de 1990 em diante. Desta forma procura demonstrar ao parlamento que não comete ilegalidade e corrupção financeira. Não é à burguesia e suas instituições que os burocratas devem prestar contas, mas sim aos trabalhadores.

Os ataques da burguesia não se limitam à guerra eleitoral, objetiva atingir fundamentalmente a CUT enquanto organismo criado pelas massas em luta. A burocracia que recebe dinheiro de fora, na verdade, presta serviços ao patronato e governo, pois por detrás dos dólares está a política socialdemocrata de

colaboração de classe. A corrupção econômica da burocracia sindical corresponde à corrupção política.

A Plenária Nacional da CUT e seu Congresso devem apurar as responsabilidades dos burocratas e expulsá-los do movimento operário. Esta é a via para rebater a ofensiva da burguesia para destruir a CUT, que sem dúvida é utilizada politicamente pelo PT. A convocação de um Tribunal Popular independente e ligado às massas poderá rebater a corrupção dos burocratas degenerados.



## A estratégia da revolução e ditadura proletárias

No interior da Frente Revolucionária, o POR deixou claro que não se pode construir o partido da revolução socialista sem a estratégia da destruição da ditadura de classe da burguesia e instalação da ditadura proletária. Ela condiciona o programa, as tarefas históricas e a tática. Esta posição se choca frontalmente com as demais correntes, sejam da Frente ou não. É uma parcela da militância reluta em compreender, justificando que muitas delas defendem a ditadura proletária, sendo que a diferença está na tática para alcançá-la. Muitas vezes se coloca a discussão no plano abstrato, ao se desligar a tática da estratégia e ao não admitir que em primeiro lugar a estratégia condiciona as táticas e os métodos de luta, que concretizam a luta revolucionária.

Não parece tão claro a estes militantes que é a estratégia de destruição do Estado que dita as formas de luta, excluindo por princípio a via pacífica e parlamentarista. Por outro lado, não distinguem a utilização revolucionária do parlamento e das eleições em determinadas condições que ainda imperam nas massas as ilusões democrático-burguesas. Isto é, sempre como recurso auxiliar à luta direta das massas e submetido

ao objetivo de destruir a própria democracia burguesa, para suplantá-la pela democracia proletária.

Mas a divergência de estratégia fica mais evidente quando se levanta a forma de governo, que assumirá a revolução proletária. O POR tem como materialização da ditadura do proletariado o Governo Operário e Camponês, como está expresso nas bases programáticas do III Congresso. Volta e meia, no trabalho frentista, as correntes de esquerda nos pressionam para assumir fórmulas como governo dos trabalhadores, governo operário e dos trabalhadores, governo operário e popular. O que mostra que não admitem o governo operário e camponês, ou então se maneja com estas bandeiras indiferentemente, como faz Causa Operária.

Recentemente, na reunião da Frente no Nordeste, o problema se colocou. A tentativa de aproximação estratégica, fundindo posições sem uma profunda crítica programática, é totalmente irresponsável e típico do eleitoralismo pequeno-burguês radical, que cedo ou tarde se revela como tal. Os poristas do regional nordeste se autocriticam por essa conduta, mas o importante é compreender o problema. Através da forma de governo se nega a ditadura do proletariado.

Esta é uma conclusão historicamente comprovada pela experiência internacional. O estalinismo nos deixou um importante legado quanto a isso. Trotsky, no Programa de Transição, referindo-se à deformação estalinista da estratégia revolucionária, relata assim: "Quando a Internacional Comunista dos epígonos tentou reviver a fórmula, enterrada pela História, de "ditadura democrática dos operários e camponeses" conferiu à bandeira de "governo operário e camponês" um conteúdo completamente diverso, puramente democrático, que quer dizer, burguês, opondo-se à ditadura do proletariado". Em seguida diz: "Os

bolcheviques-leninistas rejeitam resolutamente a palavra de ordem do "governo operário e camponês" em sua interpretação democrático-burguesa".

Esta colocação se mostrou completamente correta, prova disso está o estalinismo no Brasil. O PCdoB tem por estratégia o governo democrático e popular, cujo conteúdo é de coalizão do proletariado com setores da burguesia, portanto, de colaboração de classe. As correntes que rejeitam o governo operário e camponês como expressão necessária da ditadura proletária e procuram um sucedâneo qualquer enveredam pelo democratismo.

Esta conclusão não é uma arbitrariedade de nossa parte; corresponde às condições que tiramos da composição e mecânica das classes no Brasil capitalista semicolonial, bem como das tarefas da revolução proletária. O proletariado é a força motriz da revolução, entretanto não poderá realizá-la sem a aliança com o campesinato, cujo peso social e cuja luta pela destruição do latifúndio são decisivos para a tomada do poder do Estado e transformação econômica do país. A combinação de tarefas democráticas não resolvidas pelo país semicolonial (revolução agrária, independência nacional, etc) com as socialistas de expropriação do grande capital e coletivização das forças produtivas fundamentais ditam a aliança de classe entre o proletariado e o campesinato, quem sem dúvida também se apoiará na vasta pequena burguesia urbana arruinada.

As correntes, quando negam este conteúdo programático e de classe, dissolvem a ditadura do proletariado numa consigna democrática de governo, adaptada à democracia burguesa e ao eleitoralismo. O POR está disposto e acha necessário discutir com as tendências não degeneradas pelo estalinismo e pelo reformismo a questão do programa e de formação do partido, porém num quadro de crítica e de seriedade de propósito.





## O que acontece com a Frente Revolucionária?

Na última reunião da Coordenação Nacional da Frente, o POR fez a avaliação que de fato a Frente não existiu. Com toda clareza, afirmou que não existiu porque houve um boicote generalizado ao cumprimento das decisões tanto nacional como regionais, salvo exceção pontual. Não se formaram os comitês de base, dissolveu-se o funcionamento da coordenação, não se cumpriu a decisão elementar de publicar o boletim interno, não se entrevistou organizadamente nas lutas (inclusive na campanha contra o desemprego) e se rompeu sem mais nem menos o trabalho frentista nos professores.

O companheiros que procuraram amenizar a avaliação encobrem o sol com a peneira. Mas o representante da Luta

de Classes foi claro ao afirmar que se tratava de divergências políticas não resolvidas e que o POR estava "dando a linha". Se é este o problema, então não foi tratado com seriedade, configurando-se claramente o boicote, cujo resultado é a inviabilização do trabalho frentista.

O POR propôs às demais correntes constituir uma Frente de intervenção na luta de classes e a partir dela construir os comitês de base. Qual é a divergência? Vamos explicitá-la. Ocorre que havia expectativa de formar um novo partido a partir da Frente. Foi com essa política que se atuou junto à antiga Frente, que se transformou no PSTU. Ao não se progredir esta posição, que rechaçamos desde a origem da antiga Frente capitaneada pela

Convergência Socialista, por considerar uma via oportunista de formar o partido, se boicotou a tarefa de pôr em pé uma Frente de luta de massa.

A conduta diletante e de falta de compromisso com as decisões coletivas tem inviabilizado a militância frentista numa situação tão importante da luta de classes. Se as correntes não se empenharem por reverter esta atitude, a Frente estará comprometida, triunfando momentaneamente o oportunismo do PSTU e o ultimatismo de Causa Operária.

## É hora de unificar as lutas

Vêm ocorrendo greves e lutas em vários setores dos assalariados. Isto mostra uma tendência à unificação das massas contra a superexploração e o ataque às condições mais elementares de existência. Entretanto, continua a prevalecer a divisão e o isolamento imposto pela política corporativista da burocracia sindical. A campanha dos petroleiros e bancários que se abre deve superar a fragmentação. Está colocada a bandeira de unificar todos os trabalhadores em dissídio no período de setembro e convocar os sindicatos com outra data de dissídio, como os metalúrgicos, para engrossar o movi-

mento contra a fome e a miséria.

Os petroleiros estão ameaçados de perderem importantes conquistas como turno de 6 horas, aposentadoria especial de 25 anos e assistência médica. Não só isso, a Petrobrás está na mira da privatização. A defesa do estatismo e de um plano de reivindicações de conjunto dos trabalhadores pode organizar um grande movimento. Cabe à Plenária Nacional da CUT agir prontamente a favor do movimento unitário, colocando-se no sentido de uma campanha nacional de luta.

## Por que defender a estatização da CMTC?

A defesa da CMTC como empresa estatal faz parte da luta contra a política privatista (neoliberal), ditada pelo imperialismo. A defesa da CMTC estatizada é dizer não a política de recolonização do capitalismo em crise. Os grandes capitalistas mundiais precisam descarregar sua desagregação sobre os países semicoloniais. Procuram ampliar o mercado para vender suas mercadorias estocadas, movimentar o capital financeiro acumulado e aliviar suas dívidas internas, para continuar com o acelerado enriquecimento. A privatização da CMTC faz parte do objetivo do imperialismo de dominar a economia nacional e impor maiores sacrifícios às massas exploradas.

O primeiro motivo para se defender o estatismo é o de proteger a vida dos trabalhadores brasileiros contra a barbárie que estão impondo o país. O segundo, é que a estatização é um primeiro passo rumo à empresa dirigida e controlada pelos trabalhadores em transportes (motoristas, cobradores, mecânicos, etc, sem os parasitas como chefes, encarregados de confiança, etc).

Desta forma, é necessário defender o estatismo com o controle dos trabalhadores (suas assembleias). Sem a defesa do controle operário, a reivindicação do estatismo é inconsequente, pois mantém a empresa dominada pelos capitalistas e pela politicagem dos prefeitos. Sabemos que o sucateamento da CMTC é inevitável sob o controle da burocracia corrupta e interesseira. O empreguismo dos politiquês e as péssimas condições de trabalho sempre estiveram presentes na condução da CMTC, seja sob Erundina ou Maluf. Defender apenas

a não privatização é o mesmo que desejar que os trabalhadores escolham por quem pretendem ser explorados, pelo Estado capitalista ou pela empresa privada.

Os condutores de todo o país devem defender a estatização de todo o serviço de transporte, desde o de passageiros até o de carga. Isto porque se trata de um aspecto vital para a economia do país. Conseqüentemente, devem lutar pelo controle de todo o sistema de transporte.

Diante da investida de Maluf, da posição eleitoreira do PT e diante da burocratização da CUT e do Sindicato dos condutores, coloca-se como tarefa central para os próprios condutores, comissões de garagens, cipas e todas aqueles que se reivindicam da classe operária se incorporarem em uma massiva campanha, envolvendo o conjunto da população em defesa da CMTC. Trata-se de lançar mão do método da ação direta, com o objetivo de ocupar a empresa e colocá-la sob o controle de um conselho, formado pelos condutores e usuários, eleitos em assembleias, com mandatos revogáveis. A defesa da tarifa social, ou seja, tarifas reajustadas conforme os salários dos assalariados é uma das bandeiras de luta. Esta é a forma concreta de se defender a CMTC das garras da privatização.

Organizemos e ampliemos os comitês de luta em defesa da CMTC

Por uma CMTC estatizada sob o controle dos trabalhadores!

Pela estatização de todo o sistema de transporte coletivo!

Frente Revolucionária



Movimento Operário



## Previsão de 2400 demissões

Depois de 160 demissões do setor de adubos, os trabalhadores da Cotia (CAC) estão na expectativa dos próximos passos da crise. A ausência de organização de base tem impossibilitado que se respondesse prontamente com uma ampla mobilização. Frente à possibilidade de ocorrer mais de 2 mil demissões, se coloca a necessidade

de superar a falta de organização e a paralisia, facilitada pela ação pelega do Sindicato.

Segundo o Estadão, a Cooperativa Agrícola de Cotia se prepara para concluir os projetos de reestruturação, em que estão incluídas concentração na distribuição de alimentos, terceirização de empresas do grupo e demissão de 2400 funcionários. A Folha de São Paulo noticia o acordo do Banespa com os Bancos credores dizendo que "para liberar novos recursos, os bancos pediram a renovação dos quadros da diretoria

e formularam programa de reestruturação da CACA, que inclui redução em cerca de 50% de seu quadro de funcionários e desmobilização do parque industrial".

A crise da Cotia expressa a crise capitalista, que tem por consequência a destruição de parte da produção e desemprego. Está aí o alerta para a necessidade de formar um comitê de base dos trabalhadores da Cotia e a convocação de assembleias para enfrentar organizadamente o ataque patronal.

Movimento Operário

Têxteis-SP:

### Por uma campanha salarial de emergência

Estamos assistindo a burguesia e seus porta-vozes (governo e partidos patronais) dizerem que não podem conceder reajuste mensal integral, porque isto aumentaria a inflação e quebraria a economia nacional. Também estamos vendo os patrões desativarem fábricas inteiras, como é o caso da Alpargatas e Santista, para se protegerem da crise. Enquanto isso, os salários estão cada vez mais arroxados, as demissões se avolumam e a terceirização vem sendo implementada.

Como se vê, os patrões e seu governo nada perdem com a crise econômica. Ao contrário, criam leis para manter a superexploração do trabalho. É o caso da lei salarial aprovada, que repõe somente 66% da inflação passada. Aumentam acima da inflação as tarifas públicas e impostos. Os empresários fecham fábricas, demitem milhares de trabalhadores, para manterem sua lucratividade.

Diante dessa monstruosidade, a diretoria

pelega do sindicato divide os operários têxteis, fazendo campanha por fábrica e chamando a reivindicação por apenas a cesta-básica, quando várias fábricas já recebem. Faz demagogia com os operários com o apoio à reivindicação de 100% da inflação passada. Na verdade, não quer mobilizar os operários para arrancar dos patrões o reajuste mensal automático de acordo com a inflação presente, a reposição das perdas e o fim das demissões.

A oposição "Têxteis da CUT" denuncia o peleguismo da direção sindical e propõe uma campanha salarial de emergência. Chama o sindicato a convocar imediatamente as assembleias gerais e não esperar até meados de setembro. A vitória dos operários têxteis passa pela construção das comissões por fábrica, capazes de impulsionar a luta.





# A greve dos professores

O magistério paulista está em greve desde o dia 18 de agosto. Os professores estão recebendo o pior salário dos últimos 30 anos, quando o valor da hora-aula atingiu os míseros 69 cruzeiros reais. A pauperização tem empurrado inúmeros professores a exercerem a profissão apenas como mais um bico. Nas escolas há falta de professores, às vezes sanada com a contratação de estudantes universitários. A greve é a via encontrada para arrancar do governo as condições mínimas de sobrevivência da classe.

Após as infundáveis negociações e pressões aos parlamentares, o professorado saiu às ruas exigindo o atendimento imediato das reivindicações. Na assembleia do dia 20 aprovou-se um bloqueio à Av. Paulista, com a queima dos hollerits e tickets de refeição. Fleury, mais uma vez, tentou impedir a manifestação, fechando as entradas da avenida com a tropa de choque. Os professores não se intimidaram, obrigando a polícia sangrenta de Fleury a recuar.

No dia 26, os professores irão ao Pa-

lácio dos Bandeirantes e exigirão a abertura das negociações. Fleury ameaça com mais repressão para impedir a chegada dos manifestantes. É necessário a organização de grandes caravanas, reproduzindo as assembleias massivas de 80 mil professores ocorridas em 1989. Que as regiões trabalhem para que a quinta-feira seja o dia de mais uma vitória da classe.

EDUCAÇÃO

## Tirar a greve do isolamento

A vitória dos professores dependerá também da unidade com os outros setores do funcionalismo público. A saúde e os funcionários de escolas fizeram uma greve importante no primeiro semestre, porém os salários estão arrojados e não conquistaram o reajuste mensal automático de acordo com a inflação. Por isso, coloca-se a necessidade de preparar a unidade do funcionalismo.

O Consesp chamou um ato unitário no dia 13 de agosto. Não pode parar aí. É

necessário a realização de assembleias conjuntas, com o objetivo de criar as condições para a greve de todos os setores.

Por outro lado, é preciso que as organizações estudantis se coloquem de fato na luta com os professores. Que a UNE, UBES, Grêmios, etc convoquem os estudantes para as manifestações do Palácio e outras que virão. A solidariedade ao movimento grevista deve ser ativa, na defesa da existência da escola pública e gratuita e contra a política privatista do

governo.

O isolamento poderá contribuir para a derrota do movimento. A unidade com todos aqueles que se reivindicam da escola pública e do estatismo é fundamental para a vitória do movimento grevista dos professores.



## Reorientar o movimento estudantil para a defesa do ensino público e gratuito

As manifestações estudantis da UNE, do dia 11, comprovaram a necessidade de reorientar as bandeiras de luta, que significa romper com a política do PCdoB e seu aliado MR-8 de se apoiar no governo e nos braços salvadores do Congresso burguês. O que está em jogo é a destruição do ensino público e a impossibilidade de estudo de uma parcela estudantil da classe média alocada nas escolas particulares.

O objetivo de disciplinar os aumentos e fazer auditoria para comprovar a lucratividade exorbitante dos empresários da educação, dependendo de uma Medida Provisória do governo, é negar a luta essencial pela estatização de todo sistema privado, sem indenização, e pela escola única, pública e gratuita. Não será possível barrar a expulsão da faixa mais pobre da classe média dos colégios e universidades privadas sem uma ampla luta pela estatização de todo ensino e pela sua autonomia, ou seja, pelo controle direto dos estudantes, professores e pais do sistema educativo.

Ocorre que as direções da UNE e UBES so defensoras do sistema misto, como prescreve a LDB. Por outro lado, dependem do Estado para se manterem, como é o caso do MR-8. O PCdoB também segue o

mesmo fisiologismo, sacrificando a independência da UNE e UBES.

O agravamento da crise da educação segue a decadência do capitalismo. É evidente que a escola pública vem sofrendo um retrocesso histórico. Em um centro privilegiado do capitalismo, como São Paulo, centenas de escolas não têm professores para várias disciplinas. a desqualificação do trabalho é evidente, a ponto de estudantes estarem ocupando os lugares vagos como bico para sobreviverem. Esta situação calamitosa tende a se agravar com a restrição de verbas a educação pública e seu esbanjamento na rede de corrupção.

É desta realidade que se levantará um vigoroso movimento estudantil revolucionário, distinto da despolitização e da festividade cultivada pela política distracionista das direções reformistas. O POR defende a necessidade de estruturar um movimento unitário de estudantes e professores em torno de uma plataforma de reivindicações que coloque como central a escola única, pública e gratuita, a autonomia do ensino sob o controle das bases e o fim da separação do trabalho manual com o intelectual, ou seja, o fim da separação do ensino da produção social.



# O PSTU é um partido eleitoreiro?

Em um artigo assinado por Telmo Cardoso, intitulado "Revolucionários devem participar das eleições?", se procurou responder

ao questionamento da militância se o PSTU não será um outro PT eleitoreiro. O articulista começa por transcrever várias passagens das Teses do 2º Congresso da Internacional Comunista, para afirmar que o PSTU é marxista, portanto, não oportunista eleitoreiro. No fundo, o objetivo da transcrição é demonstrar que a Terceira Internacional de Lenin "condenava como infantil e ingênua, não resistente à crítica, o antiparlamentarismo", ou seja, a recusa categórica de participar das eleições e da eleição parlamentar(...). Isto porque a provável discordância da militância está na posição da Convergência Socialista, corrente dirigente do PSTU, de apoiar a candidatura de Lula. Esta questão concreta fica fora do artigo. Mas o

exemplo apresentado, com o empirismo singelo típico do morenismo, é revelador. Diz que "o papel dos revolucionários no parlamento é, em primeiro lugar, a denúncia implacável do Congresso e dos partidos burgueses que controlam as decisões". "Mas que também é um espaço para ajudar a vanguarda a completar a experiência com os partidos reformistas". Então exemplifica: "É o caso das recentes votações sobre o reajuste mensal. O PT votou, junto com o PCdoB e PSTU pelo reajuste integral no Congresso nacional. Mas foi contra nas Câmaras Municipais de Porto Alegre e Belo Horizonte, onde esse partido está nas prefeituras". Aqui está um exemplo revelador.

Telmo Cardoso se esquece de dizer que votou também junto de malufistas, pedecistas e peefelistas. O reajuste de 100% se referia à inflação passada, o que mantinha perdas, e o salário mínimo levaria um bom tempo para alcançar os míseros 100 dólares, com o reajuste de 3% sobre a inflação passada. Na realidade, o PSTU votou a proposta demagógica dos reformistas, apoiada por uma parte da direita burguesa em choque com Itamar e de posse da informação que as empresas já pagavam 100% mensal da inflação. Af está uma linha pseudo-revolucionária e muito espertalhona.

Não é só este exemplo que denuncia a adaptação da Convergência ao Parlamento burguês. O deputado Gradela apresentou um projeto na Câmara para se retirar

a Embraer do Plano de Privatização. Esta medida é uma verdadeira concessão ao restante do Plano, próprio do corporativismo. A luta em defesa da Embraer se insere na luta geral contra toda desestatização.

Como vemos, ao invés de ajudar a vanguarda a vencer a experiência com o reformismo, a arrasta para o oportunismo. Logo veremos o essencial da discussão, que é seu posicionamento frente às eleições de 1994.

A constituição do PSTU veio nesse sentido, com a expulsão da Convergência Socialista do PT, e com o impasse de correntes democrático-eleitoreiras como o Partido da Frente Socialista (PFS), proveniente do antigo PLP. A junção sem princípios de uma corrente que se reivindica do trotsquismo com uma proveniente do estalinismo, cuja autocrítica, ao invés de colocá-la no campo do marxismo, empurra-a mais ainda ao democratismo é a prova material do oportunismo. A cada acontecimento como esse se evidencia que a Convergência não tem por estratégia a revolução e ditadura proletárias, o que a coloca distante do marxismo. Eis porque a Convergência Socialista, no Brasil, é a corrente de esquerda que mais bem representa o centrismo, que se caracteriza pela oscilação entre o marxismo e o democratismo pequeno-burguês. Por isso não pode aplicar as Resoluções da III Internacional dos Quatro Primeiros Congressos.





## O que é preciso levar em conta na atual situação de Cuba

O imperialismo norte-americano confia em que as medidas econômicas tomadas contra Cuba, já há algum tempo, lhe permitirá derrubar Castro e impor a democracia formal ou burguesa, forma encoberta da ditadura da classe dominante.

Que ninguém se engane. É invariável nossa política de defesa de Cuba diante da agressão ianque, que fundamentalmente se traduz em nossa luta para alcançar a vitória da revolução proletária- isto dito com toda precisão- na Bolívia.

Sua situação de isolamento diante da arremetida do imperialismo é trágica, virtualmente o inimigo de classe vai estrangulando-a.

Nossa tarefa básica é a de compreender em toda sua dimensão à situação de Havana, que vai pagando muito caro seus próprios e grossos erros.

O fracasso do foquismo- particularmente no continente- é uma das causas de seu isolamento e de sua debilidade. O foquismo- equivocada generalização do caminho que se recorreu em Cuba para derrubar Batista- demonstrou ser um método de luta estranho à finalidade estratégica da revolução proletária e à necessária evolução política das massas. Seus êxitos parciais e episódicos palidecem diante de seu desmoronamento global, essa experiência não se incorpora à consciência dos explorados e oprimidos, por isso não contribui na formação da consciência de classe.

Depois se abandonou nos braços do estalinismo primeiramente chinês e depois russo, afim de conseguir apoio econômico. Vimos Castro alinhado por trás da política internacional da burocracia contrarrevolucionária do Kremlin. Mostrou-se solidário com a invasão dos tanques russos a Praga para sufocar o levante operário e manter com métodos sanguinários

o Estado operário degenerado.

Tudo isso isolou Cuba, a debilitou e a empurrou ao punho do imperialismo, que recorre a todos os meios para estrangulá-la. Agora reivindicam o pensamento latinoamericano afim de se diferenciar do marxismo, tanto do trotsquismo quanto do estalinismo. Assim, provocou o seu isolamento.

Dessa maneira, de forma inevitável, se apóia nos governos burgueses latinoamericanos- curvados pela pressão imperialista- e aparece vítima da diplomacia capitalista hipócrita.

No seu desespero, Castro abre as portas de Havana ao capital internacional, às multinacionais, às manifestações de economia de mercado. Não só se observa essa política no campo do turismo mas também na da prospecção petrolífera. A legalização do porte de dólares abre as portas à corrupção e a preponderância norte-americana.

Castro chegou a conclusão de que deve mudar o modelo econômico, que havia sido imposto pelo CONECOM, o que significa separar-se de toda orientação socialista.

A economia de mercado gerara camadas sociais ricas, que atuarão conspirativamente pela influência norte-americana.

Unicamente a luta revolucionária internacional pode salvar Cuba.

Internacional





# Bolívia: A batalha que se aproxima

No horizonte já se conformam as forças sociais que levarão uma batalha política de enormes dimensões, porque se colocarão em jogo o destino da política global da burguesia e de seu governo de plantão.

O destino do país depende integralmente de que classe social saia vitoriosa dessa batalha decisiva.

As premissas da batalha são as seguintes:

a) A maioria nacional - ainda que patine em seu esforço por generalizar a luta e ainda que não consiga substituir a burocracia sindical corrupta e reformista - está contra o governo MNR-UCS-MBL, contra a política que se empenhará em implantar por importar na entrega das empresas públicas, das riquezas naturais, ou seja, do próprio país.

b) A burguesia comercial, sem capacidade para enfrentar-se com o imperialismo, busca ser governo para impor

um programa destinado a superar a crise capitalista do Estados Unidos em particular, à custa do agravamento da miséria dos empobrecidos bolivianos.

Conta o apoio de sua própria classe, das camadas superiores da classe média, particularmente dos tecnocratas e pode sempre contar com os serviços do lumpesinato.

Para impor seus projetos, resumidos no mal chamado "Plano de Todos", não tem outro caminho a não ser assentar-se como governo próprio, com traços inconfundivelmente fascistas, porque seu desenvolvimento depende de que destrua as organizações sindicais e ao Partido Revolucionário, que com tanta firmeza acentuam e defendem a independência política de classe diante da burguesia, começará levando adiante seu projeto de despolitizar (desideologizar) as massas, por isso fala já de transformar, "modernizar" os sindicatos, afim de estatizá-los, dividi-los ou substituí-los por outras organizações diretamente controladas pelo governo. Pode ser que se coloque ao MBL cumprir a parte fundamental desse trabalho sujo.

## Duas alternativas

A mobilização das massas pode transformar-se em política, no caso em que se generalize superando à burocracia que tende ao corporativismo, que se converteria no enfraquecimento do movimento e inclusive na premissa de sua derrota. A transmissão do mando presidencial pode atuar como bomba detonante.

O fato de que o enfrentamento começa antes do governo se estabilizar potenciará às massas.

Se a mobilização demora em generalizar-se, se dá tempo ao governo para estabilizar-se, o gonismo pode transformar-se em fascista.

No caso de acontecer a primeira alternativa significaria o extrema enfraquecimento do governo, no começo de

sua derrota e, por isso mesmo, se veria colocado a dar às massas em combate muito mais do que agora pensa ceder. Este começo de vitória estimularia as multidões a exigir maiores concessões, sempre mais crescentes. Dessa maneira, ficaria colocada a possibilidade da derrota governamental e de sua política. O que equivale a que a situação revolucionária tenderia a transforma-se em insurrecional.

Se acontece a segunda alternativa, o governo pode transformar-se em fascista afim de poder afogar em sangue às massas, para assim poder aplicar seu plano antinacional e antioperário. Nesse caso ingressaríamos em uma etapa contra-revolucionária.

O Partido político tem que ajustar sua política, suas bandeiras e os métodos de luta conforme as modificações da situação, aos avanços ou retrocessos das massas. Supõe-se que esse trabalho será realizado a partir do seio dos explorados e oprimidos.

